



ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς
Journal of Philosophy

n. 47 Janeiro- Abril de 2025



APONTAMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO DA DEMOCRACIA SEGUNDO CHANTAL MOUFFE

Laura Santos¹

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

RESUMO: O presente artigo propõe uma apresentação da teoria democrática de Chantal Mouffe. Para tanto, serão abordadas, de forma introdutória, noções-chave para a compreensão da autora, como o antiessencialismo, a hegemonia, o antagonismo, a distinção entre *o político* e *a política*, a crítica às teorias do consenso e, por fim, a dinâmica afetiva. Segundo Mouffe, embora vivamos um “giro afetivo”, grande parte dos teóricos e atores políticos ainda concebem a política como um espaço de deliberação puramente racional. Para a autora, isso não poderia estar mais distante da realidade. A construção de um corpo social democrático exige a articulação entre poder, discurso e afeto, sendo impensável uma sociedade democrática sem um novo imaginário. No segundo momento do texto, exploraremos as paixões à luz da teoria de Mouffe, ilustrando o debate com exemplos da política contemporânea, como a ascensão da extrema-direita nos Estados Unidos, o moralismo na política e a liderança de Erika Hilton no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Mouffe, democracia, afetos, identidades coletivas.

ABSTRACT: This article aims to present Chantal Mouffe's democratic theory. As an introduction to her thought, it provides an overview of key concepts essential to understanding the author, such as anti-essentialism, hegemony, antagonism, the distinction between *the political* and *politics*, critiques of consensus theories, and, finally, the affective dimension. According to Mouffe, although we are witnessing an “affective turn,” most theorists and political actors still conceive politics as a space of purely rational deliberation. For the author, nothing could be further from reality. The construction of a democratic social body requires the articulation of power, discourse, and affect, making a democratic society unthinkable without a new imaginary. In the second part of the article, we explore political passions in light of Mouffe's theory, illustrating the discussion with examples from contemporary politics, such as the rise of the far right in the United States, moralism in politics, and the leadership of Érika Hilton in Brazil.

KEYWORDS: Mouffe, democracy, affects, collective identities.

¹Laura Danielle Lima Santos é graduada em direito pela UFS, especialista em direito penal, advogada criminalista, mestra em filosofia pelo PPGF-UFS e, atualmente, cursa doutorado em filosofia no PPGF-UFS. Esse artigo reflete uma pesquisa em andamento e, em parte, foi concebido durante estágio na University of Westminster, no Reino Unido, realizado com apoio da Capes.

1. Introdução

Neste artigo, propomos delinear algumas noções-chave para uma apresentação da obra de Chantal Mouffe, com ênfase em sua concepção de democracia. Consideramos Mouffe uma pensadora de destaque no cenário da filosofia política contemporânea, sobretudo por sua influência sobre importantes partidos de esquerda europeus, como o Podemos, na Espanha, a coligação da França Insubmissa e o Syriza, na Grécia. Além disso, como discutiremos a seguir, sua teoria oferece uma alternativa frutífera para a análise do contexto político atual.

Nosso objetivo, portanto, não é avaliar sua proposta a partir de categorias de verdade ou falsidade — rejeitadas pela autora, de orientação pós-estruturalista e pós-marxista —, mas reconhecer seu valor estratégico dentro de um panorama marcado por teorias muitas vezes excessivamente abstratas.

Uma de suas críticas mais recorrentes aos marxistas ortodoxos diz respeito à dissociação entre teoria e prática. Correntes que privilegiam exclusivamente a análise econômica tendem a negligenciar o papel dos afetos na mobilização política. Afinal, ninguém se engaja politicamente apenas em nome de conceitos abstratos como “revolução do proletariado”, mas sim na busca por melhores condições de vida. Nesse sentido, a análise das identidades coletivas e de seus imaginários torna-se fundamental para uma leitura precisa da política contemporânea.

É também digno de nota o vínculo entre a escrita de Mouffe e a ação política. Suas duas obras mais recentes, por exemplo, são concisas, diretas e voltadas à mobilização dos atores políticos de esquerda. Não por acaso, a autora frequentemente se identifica como socióloga, e não como filósofa.

Em tais obras, Mouffe afirma que sua proposta teórica está voltada para uma realidade política bastante delimitada: as democracias ocidentais europeias. Ainda assim, consideramos que sua abordagem ultrapassa esse recorte geográfico, dado que, apesar do estilo acessível e da linguagem clara, seus textos revelam uma sofisticação teórica considerável. O conceito de “populismo de esquerda”, por exemplo, decorre de um arcabouço elaborado anteriormente, especialmente na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista*, essencial para a compreensão plena de seus escritos posteriores.

A seguir, no tópico 2 deste artigo, abordaremos conceitos fundamentais para o pensamento da autora, como hegemonia e antagonismo, bem como sua crítica às teorias do consenso e, no tópico 3, trataremos da centralidade dos afetos. Pretendemos, assim, oferecer

uma exposição introdutória — e não exaustiva — de sua teoria, tarefa que desenvolveremos de forma aprofundada na tese de doutorado atualmente em elaboração.

Vale esclarecer ainda, por fim, que optamos pelas nossas próprias traduções de Mouffe em todas as citações no corpo do texto, retiradas da obra original da autora, com o objetivo de possibilitar uma maior fluidez da leitura. Quanto às citações explicativas realizadas em nota de rodapé, optamos pela manutenção do idioma original, sem tradução.

2. Notas sobre antagonismo, hegemonia e consenso.

É fundamental, em primeiro lugar, destacarmos a perspectiva antiessencialista da autora. Crítica do materialismo e do “determinismo marxista”, Mouffe vê a objetividade como limite do real. Não existe totalidade, pois a negatividade está sempre presente. Assim, temos o antagonismo como pressuposto e limite de compreensão da realidade².

Sujeitos universais, leis necessárias que regulam a história e a categoria de proletariado não conseguiram explicar as lutas que ganharam destaque a partir do maio de 1968. Até hoje vivenciamos os seus desdobramentos. Mouffe e Laclau, deste modo, optaram por uma abordagem teórica inovadora, até então: adicionar Gramsci ao estruturalismo. O resultado é a construção de um novo modo de compreensão do social em que o antagonismo e a hegemonia são as duas categorias principais

O caráter plural e multifacetado das lutas sociais contemporâneas acabou por dissolver o fundamento último no qual se baseava esse imaginário político, povoado de **sujeitos 'universais'** e constituído em torno de **uma História concebida de maneira singular**: isto é, o suposto de 'a sociedade' como uma estrutura inteligível, que pode ser abrangida e dominada intelectualmente a partir de certas posições de classe e reconstituída como **ordem racional** e transparente a partir de um ato fundacional de caráter político. (LACLAU, MOUFFE, 1987, p. 9)

A diferença com os outros posicionamentos, por exemplo, os que estavam influenciados por Foucault, é que nós afirmávamos que, para agir politicamente, era necessário articular essas diversas lutas com as da classe operária, para criar vontades coletivas. **Essa é a especificidade teórica de**

² Nesse sentido: El antagonismo, por tanto, lejos de ser una relación objetiva, es una relación en la que se muestran —en el sentido en que Wittgenstein decía que lo que no se puede decir se puede mostrar— los límites de toda objetividad. Pero si, como hemos visto, lo social sólo existe como esfuerzo parcial por instituir la sociedad —esto es, un sistema objetivo y cerrado de diferencias— el antagonismo, como testigo de la imposibilidad de una sutura última, es la «experiencia» del límite de lo social. Estrictamente hablando, los antagonismos no son interiores sino exteriores a la sociedad; o, mejor dicho, ellos establecen los límites de la sociedad, la imposibilidad de esta última de constituirse plenamente. Esta afirmación puede parecer paradójica, pero sólo si se introducen de contrabando en el argumento ciertos supuestos que la perspectiva teórica que hemos esbozado debe cuidadosamente excluir. (LACLAU, MOUFFE, 1987, p. 197)

Hegemonia y estrategia socialista, ter unido Gramsci e o pós-estruturalismo. No nível teórico, as principais categorias do nosso enfoque são o conceito de 'antagonismo' e o de 'hegemonia', que são, para nós, os dois conceitos necessários para elaborar uma teoria do político. O conceito de antagonismo é absolutamente central, porque afirma que a negatividade é constitutiva e nunca pode ser superada. A ideia de **antagonismo** também revela a existência de conflitos para os quais não existe uma solução racional. O outro conceito chave é o de hegemonia, porque pensar o político como possibilidade sempre presente do antagonismo requer admitir a falta de um fundamento último e reconhecer a dimensão de indecidibilidade e contingência que impregna todo ordenamento. (ERREJÓN, MOUFFE, 2015, grifo nosso)

O antagonismo e a hegemonia, portanto, sedimentam o arcabouço teórico mouffiano. Podemos percebê-los no campo dos afetos, nas relações de poder e no discurso. No campo afetivo, vemos que toda identidade é coletiva³. Eu existo em oposição a um outro. Ou melhor, nós existimos em contraposição a “eles”. No campo discursivo, através da diferenciação saussureana, na qual nenhum signo tem sentido em si mesmo, mas através de diferenciações com outros numa espécie de “disputa hegemônica” pelo sentido⁴. Nas relações de poder, através da oposição entre amigo-inimigo do corpo social e nas disputas pela consolidação (sempre precária) da hegemonia.

Enquanto o antagonismo se conecta com o conflito e à anarquia, ao caráter desagregador de todo corpo social, a hegemonia é aquilo que procura estabelecer uma certa ordem. Segundo a autora, toda ordem social é uma “*temporária e precária articulação das práticas hegemônicas que procuram estabelecer ordem num contexto de contingência*”. (MOUFFE, 2018, p.73).

Um corpo social totalmente pacificado, sem conflito algum é impossível. E essa é uma das diferenças entre a radicalização democrática idealizada pela autora e a sociedade comunista de Marx. Nesta, haveria o fim da luta de classes. Naquela, a pacificação e eliminação de conflitos jamais ocorrerá.

³ “I argue that once we understand that every identity is relational and that the affirmation of a difference is a precondition for the existence of any identity – i.e. the perception of something ‘other’ which constitutes its ‘exterior’ – we can understand why politics, which always deals with collective identities, is about the constitution of a ‘we’ which requires as its very condition of possibility the demarcation of a ‘they’.” (MOUFFE, 2005, p 20.)

⁴ Para melhor compreensão do tema, recomendamos fortemente a leitura do texto “Why do empty signifiers matter to politics?” de Ernesto Laclau. De todo modo, vale destacar o seguinte: “Uma consideração inicial e puramente formal pode nos ajudar a clarear esse ponto. Nós sabemos, de acordo com Saussure, que a linguagem (e por extensão, todos os sistemas de significação) é um sistema de diferenças, que as identidades linguísticas valores são puramente relacionais e, como resultado, a totalidade da linguagem é envolvida em cada ato único de significação. Agora, nesse caso, está claro que a totalidade é essencialmente necessária/precisa, pois se as diferenças não constituíssem um sistema, então nenhuma significação seria possível. O problema, no entanto, é que a própria possibilidade de significação é o sistema, e a própria possibilidade do sistema é a possibilidade dos seus limites”. (LACLAU, 2007, p.37)

Minha reflexão participa da visão dissociativa e é informada por uma abordagem teórica desenvolvida em *Hegemony and Socialist Strategy*, segundo a qual dois conceitos-chave são necessários para abordar a questão do político: 'antagonismo' e 'hegemonia'. Ambos os conceitos apontam para a existência de uma dimensão **de radical negatividade que se manifesta na possibilidade sempre presente do antagonismo. Isso impede a totalização plena da sociedade e fecha a possibilidade de uma sociedade além da divisão e do poder.**" (MOUFFE, 2018, p. 73. Grifo nosso)

Também indicamos que a extensão e radicalização das lutas democráticas jamais alcançariam uma sociedade **totalmente livre** e o projeto emancipatório não poderia mais ser concebido como a **eliminação do Estado**. Sempre haverá antagonismos, lutas e embaçamento parcial do social. Por isso, **o mito do comunismo** como uma sociedade transparente e **reconciliada** – claramente implicando o fim da política – teve que ser abandonado." (MOUFFE, 2018, p. 13. Grifo nosso)

Daí segue-se, ainda, que toda configuração social é passível de mudança: “Toda ordem é, portanto, suscetível de ser desafiada por práticas contra-hegemônicas que tentam desarticulá-la em um esforço para instaurar outra forma de hegemonia." (MOUFFE, 2013, p.10). O fatalismo inerente ao neoliberalismo, desaparece.

Assim, ao partir de uma perspectiva antiessencialista, em que tudo é configurado pelas articulações entre antagonismo e hegemonia, em que não há nada fixo, nada estável, toda configuração hegemônica pode ser substituída por uma nova. A sociedade é formada por um conjunto de práticas hegemônicas que expressam relações de poder. Por isso que “toda ordem é política”.

Em nosso vocabulário, isso também significa afirmar **a natureza hegemônica** de todo tipo de ordem social. Falar de hegemonia significa que toda ordem social é uma articulação contingente de relações de poder que carece de uma base racional última. **A sociedade é sempre o produto de uma série de práticas que tentam criar uma certa ordem em um contexto contingente. Essas são as práticas que chamamos de 'práticas hegemônicas'**. As coisas poderiam sempre ser diferentes. Toda ordem está predicada na exclusão de outras possibilidades. Uma ordem particular é sempre a expressão de uma configuração particular **de relações de poder. É nesse sentido que toda ordem é política**. Uma ordem dada não poderia existir sem as relações de poder que a moldam. Este ponto teórico tem implicações cruciais para a política prática. (MOUFFE, 2013, p. 134. Grifo nosso)

Mas o que a autora entende como política?

Como vimos no parágrafo anterior, a política diz respeito à ordem. Trata das questões de como esse corpo social vai funcionar. Isto é, de como se organizarão as instituições do

corpo social, das lutas internas dos atores políticos, das práticas estabelecidas, dentre outros. A política se relaciona à lógica hegemônica.

A autora a distingue, entretanto, do político, que se relaciona ao antagonismo e à própria instituição do corpo social.

Essa distinção é importante porque vemos com nitidez a relação entre o político e o conflito. E, a partir da ideia do antagonismo nas relações de amigo-inimigo que molda toda formação social, vemos a influência que Carl Schmitt teve no pensamento da autora, defensora de um projeto político de radicalização democrática.

Mais precisamente, é assim que eu distingo entre 'o político' e 'a política': por 'o político', eu me refiro à **dimensão do antagonismo, que considero ser constitutiva das sociedades humanas**, enquanto por 'a política', eu me refiro ao conjunto de práticas e instituições através das quais **uma ordem é criada, organizando a convivência humana no contexto de conflitualidade proporcionado pelo político.** (MOUFFE, 2005, p. 13.grifo nosso)

Uma compreensão do político é antitética ao projeto democrático, eu afirmo que a ênfase de Schmitt **na constante possibilidade da distinção amigo/inimigo e na natureza conflituosa da política** constitui o ponto de partida necessário para conceber os objetivos da política democrática. Somente ao reconhecer **'o político' em sua dimensão antagônica** podemos formular a questão central para a política democrática. Esta questão, ao contrário dos teóricos liberais, não é como negociar um compromisso entre interesses concorrentes, nem como alcançar um consenso 'racional', ou seja, totalmente inclusivo, sem qualquer exclusão. Apesar do que muitos liberais querem que acreditemos, a especificidade da política democrática **não é a superação da oposição nós/eles, mas a maneira diferente pela qual ela é estabelecida. O que a democracia requer é estabelecer a distinção nós/eles de uma forma que seja compatível com o reconhecimento do pluralismo que é constitutivo da democracia moderna.**" (MOUFFE, 2005, p. 16.grifo nosso)

Para Mouffe, todo agrupamento humano é regido pela lógica antagônica schmittiana⁵. A autora, porém, ao invés de um corpo social homogêneo, concebe a ideia democrática e de um corpo social plural. Como? Através da ideia do conceito de democracia agonística. Através desse modelo teórico, percebemos que o antagonismo e as relações entre amigo-inimigo poderão se tornar agonísticas, passando a ser uma disputa entre adversários. Assim, os atores sociais disporão sobre os “bens comuns” a serem protegidos, mas o modo de defender e materializar tais bens estarão em disputa.

Uma sociedade democrática requer um debate sobre as alternativas possíveis e deve fornecer formas políticas de identificação coletiva em torno de posições democráticas claramente diferenciadas. **O consenso é, sem dúvida, necessário, mas deve ser acompanhado de dissenso.** O consenso é necessário nas instituições constitutivas da democracia e nos valores 'ético-políticos' que orientam a associação política – liberdade e igualdade para todos – mas sempre haverá desacordo quanto ao seu significado e à maneira como devem ser implementados. **Em uma democracia pluralista, tais desacordos não são apenas legítimos, mas também necessários.** Eles fornecem o material da política democrática." (MOUFFE, 2005, p. 28)

Isso pode parecer paradoxal, já que, segundo a visão pluralista que estou defendendo, **o bem comum não existe**, porque não pode haver 'o' bem comum, mas o bem comum tem o papel de um horizonte. **Um povo se constrói a partir de uma certa ideia do bem comum.** Ou seja, sempre haverá uma luta em torno da definição do bem comum. **A luta que eu chamo de agonista é uma luta para definir o bem comum.** Aqueles que são capazes de fazer com que a maioria se identifique com sua concepção do bem comum alcançam a hegemonia. Por isso, a luta democrática requer uma referência ao bem comum, reconhecendo ao mesmo tempo que não existe 'o' bem comum." (ERREJÓN, MOUFFE, 2015, p. 35)

Um aspecto muito interessante na democracia agonística é que: 1- não há universalismo, e sim pluralismo; 2- não há consenso, e sim conflito; 3- não há racionalidade, e

⁵ Nesse sentido, vale ressaltar que: 1.0- Para Schmitt, o critério por excelência, para compreendermos o político, é o da diferenciação entre amigo e inimigo: “A diferenciação especificamente política, à qual podem ser relacionadas as ações e os motivos políticos, é a diferenciação entre amigo e inimigo, fornecendo uma definição conceitual no sentido de um critério, não como definição exaustiva ou expressão de conteúdo”. (SCHMITT, 2008, p.27) 2.0- A construção do conceito de político deve ocorrer através da análise categorias eminentemente políticas. Ou seja, assim como no campo da moral, temos a antítese entre bom e mau; no estético, entre belo e feio; no econômico, entre rentável ou não-rentável, ou útil ou prejudicial, no político, o critério diferenciador deverá ser o de amigo-inimigo.3.0- O autor ressalta a autonomia do político frente a essas outras áreas do pensamento. Então, o inimigo, para ser entendido enquanto tal, não deverá ser necessariamente mau e feio, por exemplo. Os critérios morais e estéticos são possíveis, mas não necessários.4.0- Destarte, a diferenciação entre amigo-inimigo serve para medirmos o nível de unidade ou não de uma associação. O critério crucial, afirma Schmitt é o do desconhecido. O outro é tido como o inimigo. Além disso, o autor ressalta que a inimizade que causa a união da associação não é no âmbito privado, e sim, público. O inimigo é sempre público, jamais privado: “O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio, ele não tem que se apresentar como concorrente econômico e, talvez, pode até mesmo parecer vantajoso fazer negócios com ele. Ele é precisamente o outro, o desconhecido (...). (SCHMITT, 2008, p.28)

sim em paixões. Nesse sentido, a autora é crítica tanto de Habermas quanto de Rawls. De modos diferentes, ambos autores visam promover o suposto consenso e a racionalização existentes, contribuindo para fortalecer a ausência de dissidências e o do neoliberalismo.

Negar o **caráter ineradicável/insuprimível do antagonismo e buscar um consenso racional universal — essa é a verdadeira ameaça à democracia**. De fato, isso pode levar à **violência** sendo não reconhecida e ocultada sob apelos à 'racionalidade', como é frequentemente o caso no pensamento liberal, que disfarça as fronteiras necessárias e as formas de exclusão sob pretensões de 'neutralidade'. (MOUFFE, 2000, p. 5)

Segundo Mouffe, uma democracia baseada em um consenso que é resultado de uma deliberação racional dos indivíduos existentes é a antítese da democracia, que pressupõe a convivência de diferentes discursos. O consenso neoliberal, por exemplo, se pretende técnico e racional, mas é na verdade violento e segregador. Esconde e violenta qualquer tipo de dissonância. Nesse sentido: *“todo consenso é baseado em atos de exclusão”*. (MOUFFE, 2005, p.16)

Um ponto-chave da abordagem de Schmitt é que, **ao mostrar que todo consenso é baseado em atos de exclusão, ele revela a impossibilidade de um consenso 'racional' totalmente inclusivo**. Agora, como indiquei, ao lado do individualismo, a outra característica central de grande parte do pensamento liberal é a **crença racionalista na disponibilidade de um consenso universal baseado na razão**. Portanto, não é de se admirar que a política constitua o ponto cego do liberalismo. A política não pode ser compreendida pelo racionalismo liberal pela simples razão de que todo racionalismo consistente exige a negação da irreducibilidade do antagonismo. O liberalismo tem que negar o antagonismo, pois, ao trazer à tona o momento inevitável da decisão — no sentido forte de ter que decidir em um terreno indiscutível — o que o antagonismo revela é o próprio limite de qualquer consenso racional. Na medida em que o pensamento liberal adere ao individualismo e ao racionalismo, sua cegueira para com a política em sua dimensão antagonística não é, portanto, uma simples omissão empírica, mas uma omissão constitutiva. (MOUFFE, 2005, p. 16)

Nesse ponto, vale lembrar as ideias que vimos há pouco: antagonismo como limite da objetividade e presente em todos os campos, resulta na formação de um político conflitivo por excelência. A estabilização total é impossível. Até porque como o antagonismo a tudo rege, qualquer configuração social é sempre precária, determinada pela hegemonia que, quando estabelecida, é articulada através da lógica da diferença (múltiplas demandas de grupos sociais diversos e pela lógica antagônica) e da lógica da equivalência (não há possibilidade de completude, então mesmo esta, regida pela hegemonia, pela necessidade relativa de ordem do corpo social, não é sinônimo de homogeneidade).

Como pensar um modelo teórico democrático a partir dessa perspectiva? A única possibilidade, segundo Mouffe, é através da democracia agonística. Da transformação desse antagonismo em agonismo. Negar o caráter conflitivo do político através da falácia de um consenso racional é, portanto, uma ameaça à própria ideia de democracia. Eles continuarão existindo, mas serão expressos de outra maneira. A negação do antagonismo, por conseguinte, é um dos principais motivos do fortalecimento dos partidos da extrema-direita e da pós-política em que vivemos⁶.

Ora, desde o final da década de 90 e início dos anos 2000 estamos vivendo tempos de fortalecimento de pós-política e dos partidos de extrema direita no mundo. Desde esse tempo, a autora nos alerta que o mito do consenso faz com que os conflitos existentes, ao invés de serem discutidos e solucionados por instituições democráticas no campo político, passem a ser resolvidos por outras esferas. Por isso o poder judiciário passou a resolver questões eminentemente políticas.

Dada a crescente impossibilidade de conceber os problemas da sociedade de maneira propriamente política, há uma tendência marcante de privilegiar o campo jurídico e esperar que o direito forneça as soluções para todos os tipos de conflito.(MOUFFE, 2000, p. 115)

Longe de criar as condições para uma forma mais madura e consensual de democracia, proclamar o fim da política adversarial produz, então, exatamente o efeito oposto. Quando a política se desenrola no registro da moralidade, os antagonismos não podem assumir uma forma agonística. De fato, quando os oponentes são definidos não em termos políticos, mas morais, eles não podem ser considerados como um ‘adversário’, mas apenas como um ‘inimigo’. Com o ‘eles maus’, nenhum debate agonístico é possível, eles devem ser erradicados. Além disso, como frequentemente são considerados a expressão de algum tipo de ‘doença moral’, não se deve nem tentar fornecer uma explicação para o seu surgimento e sucesso. Por isso, como vimos no caso do populismo de direita, a condenação moral substitui uma análise política adequada e a resposta é limitada à construção de um ‘cordão sanitário’ para isolar os setores afetados (MOUFFE, 2005, p.59).

Por conseguinte, temos uma moralização da política (MOUFFE,2005). A vida privada dos candidatos e a opinião de líderes religiosos fundamentalistas são decisivas no debate, e não questões políticas que realmente farão a diferença na vida dos cidadãos. Ao invés de discutirmos propostas, discutimos a vida sexual dos candidatos. Como o caso de Bill Clinton, na década de 90 (MOUFFE,2000).

⁶ “I submit that the growth of the extreme right in several countries in Europe can only be understood in the context of the deep crisis of political identity that confronts liberal democracy following the loss of the traditional landmarks of politics. It is linked to the necessity of redrawing the political frontier between friend and Enemy.” (MOUFFE, 1993, p.17)

Nos últimos meses, durante as eleições americanas, exemplos não faltaram para ilustrar o moralismo alardeado pela autora há tempos. Na verdade, exemplos não faltam em diversos países e épocas. Mas a história dos imigrantes haitianos comedores de gatos e cachorros na cidade de Springfield, proferida pelo agora presidente eleito, Donald Trump, no debate com a candidata Kamala Harris, é paradigmático. A extrema-direita joga, magistralmente, no campo afetivo⁷. A história, claramente inventada, trouxe efeitos reais na vida dos imigrantes desta cidade e ilustra a mobilização afetiva. A dinâmica amigo-inimigo do político foi estimulada e, ao mesmo tempo, os reais problemas do povo foram encobertos⁸. Assim, ao invés de soluções para melhorar a vida da população americana, Trump passou grande parte da campanha dizendo que ouviu dizer por aí que alguém postou (cada entrevista a resposta mudava) sobre imigrantes haitianos que comiam gatos. É uma história hilária e que prende a atenção. Tática ideal para engajar tanto os apoiadores de Trump, quanto seus opositores e simplesmente deixar as pautas realmente políticas de lado. Seria Trump um mentiroso compulsivo ou, neste caso, apenas obedecia ordens do seu vice J.D. Vance, profundo conhecedor das dinâmicas das redes sociais e da manipulação afetiva, instrumentos indispensáveis para conquista da hegemonia? Não importa se a história é ou não real⁹. O que importa é que uma das pautas principais das eleições americanas foi a lenda dos imigrantes haitianos comedores de gatos e cachorros. Outros temas que dominaram o discurso trumpista, que se dizia cristão e anti-trans, anti-gay, anti-imigrantes, anti-negros, nada tinham a ver com política, e sim com questões morais e religiosas.

⁷ Mouffe afirma ao invés de julgar os eleitores dos partidos de extrema-direita, a esquerda deve analisar a dinâmica que possibilitou o sucesso desses partidos. Nesse sentido: “Today there is a tendency among certain sectors of the left to reduce the diversity of right-wing movements to the expression of a neo-fascist threat that should be countered through ostracism and moral condemnation. For this reason, they do not see the importance of trying to understand why people are attracted to such parties. In line with the rationalist framework prevalent in their ranks, the emergence of those movements is perceived as ‘the return of the brown plague’, as proceeding from the ‘irrational’ impulses of the masses. In their view, those who support such parties are irredeemable, affected by a sort of incurable ‘moral disease’ and moved by atavistic passions. Therefore, those who seek to understand the grounds for the success of those parties in order to design ways to counter them and offer different forms of identification for their affects are accused of ‘pandering to the extreme right’”. (MOUFFE, 2022, p.40)

⁸ Nesse sentido, em sua obra mais recente, a autora afirma a forma eficaz que Donald Trump consegue estimular essa dinâmica amigo-inimigo através do ódio. A seguir, trataremos novamente do tema. “Take the example of Donald Trump. It is clear his discourse aims to foster an us/them confrontation that mobilizes white working-class anger, converting it into resentment against minorities and the enlightened elites who champion them. This resentment is the product of a discursive articulation of anger caused by a wrong that could have been articulated differently to construct an us/them aimed at creating another type of identification”. (MOUFFE, 2022, p.39)

⁹ O que está em jogo, aqui, é a manipulação dos afetos. Dessa forma: “E por fim as massas nunca tiveram a sede da verdade. Requerem ilusões, às quais não podem renunciar. Nelas o irreal tem primazia sobre o real, o que não é verdadeiro as influencia quase tão fortemente quanto o verdadeiro. Elas têm a visível tendência de não fazer distinção entre os dois”. (LE BON, apud. Cit., FREUD, 2011, p. 20)

O desenvolvimento de um discurso moralista e a revelação obsessiva de escândalos em todas as esferas da vida, assim como o crescimento de diversos tipos de fundamentalismo religioso, **são com muita frequência consequência do vazio criado na vida política pela ausência de formas democráticas de identificação** informadas por valores políticos concorrentes." (MOUFFE, 2000, p.115)

Uma tese central deste livro é que, ao contrário do que os teóricos pós-políticos querem nos fazer acreditar, o que estamos testemunhando atualmente não é o desaparecimento da política em sua dimensão adversarial, mas algo diferente. **O que está acontecendo é que, atualmente, a política é travada no registro moral. Em outras palavras, ainda consiste em uma discriminação entre 'nós' e 'eles', mas o 'nós'/'eles', em vez de ser definido com categorias políticas, agora é estabelecido em termos morais.** Em vez de uma luta entre 'direita e esquerda', estamos diante de uma luta entre 'certo e errado'. (MOUFFE, 2005, p.10)

Nesse contexto, a proposta da autora é a de radicalização democrática, com o intuito de possibilitar que os conflitos e demandas existentes na sociedade por canais efetivamente democráticos, que possam expressar, e não encobrir, o caráter agonístico inerente à democracia. Assim, evitamos que esses anseios democráticos, comuns em qualquer agrupamento social seja expresso por outros meios, como os partidos de extrema-direita, como afirmamos acima.

Outro ponto que também explica essa ausência da política na contemporaneidade, para a autora, é a ideia do paradoxo entre liberalismo, fundado num individualismo exacerbado e da democracia, que parte da ideia da soberania popular. Enquanto para pensadores como Bobbio, essa dicotomia é na verdade uma tensão, com Schmitt, temos uma total incompatibilidade. Macpherson, na *Teoria Política do Individualismo Possessivo* (1962), também faz uma análise nesse sentido. Para Mouffe, temos um paradoxo¹⁰.

O problema das sociedades democráticas modernas, em nossa visão, **é que seus princípios constitutivos de 'liberdade e igualdade para todos' não foram colocados em prática.** A tarefa da esquerda não era descartá-los, mas lutar pela sua efetiva implementação. A 'democracia radical e plural' que defendemos pode, portanto, ser concebida como uma radicalização das instituições democráticas existentes, com o resultado de que os princípios de liberdade e igualdade se tornam efetivos em um número crescente de relações sociais. Isso não exigia uma ruptura radical do tipo revolucionário, implicando uma refundação total. Em vez disso, poderia ser alcançado de

¹⁰ Resumindo bastante, Macpherson também nota a total discrepância entre a ideia de individualismo, liberdade e democracia. Esta pressupõe a existência de um ser coletivo, de decisões que beneficiem a todos. Mouffe, Schmitt e Bobbio notaram essa excrescência liberal, que Mouffe denomina como sendo o paradoxo democrático.

forma hegemônica, por meio de uma crítica imanente **que mobiliza os recursos simbólicos da tradição democrática.** (MOUFFE, 2018, p.39)

Contrariamente aos que afirmam que existe uma união necessária entre essas duas tradições, estou de acordo com o filósofo canadense C.B. Macpherson de que se trata de uma **articulação histórica contingente**, que foi estabelecida no século XIX através das lutas que os liberais e democratas empreenderam conjuntamente contra o absolutismo. **Através dessa articulação, o liberalismo foi democratizado e a democracia foi liberalizada.** É por isso que os princípios ético-políticos da democracia liberal pluralista são: liberdade e igualdade para todos (...). Mas se trata de uma articulação contingente e não de uma co-originalidade necessária como pretende Habermas. Carl Schmitt tem razão quando diz que **são duas lógicas**, que são ultimamente incompatíveis, no sentido de que uma perfeita liberdade e uma perfeita igualdade nunca podem coexistir juntas. Segundo ele, existe, portanto, uma contradição entre a lógica liberal e a lógica democrática, e é por isso que ele vê a democracia liberal como um regime inviável." (MOUFFE, 2015, p. 79)

Ou seja, como podemos conciliar os princípios da liberdade e da igualdade¹¹? Como podemos dizer que é democrático, um sistema que rechaça o sentimento comunitário? De todo modo, pra Mouffe, nas democracias liberais, apesar da existência desse paradoxo, a soberania popular ainda estava tensionada. De tempos em tempos a vontade popular era expressa. Atualmente, no entanto, com o neoliberalismo, temos uma total supressão da soberania popular.

Por que? Porque houve uma alternância de poder entre centro-esquerda e centro direita na maior parte das democracias ocidentais. O projeto neoliberal, não obstante, era o mesmo. Ou seja, o componente democrático da soberania popular foi suprimido. O resultado foi o fortalecimento dos partidos de direita e o surgimento de um sentimento pós político. Não havia dois projetos políticos distintos. A população, dessa forma, se demonstra totalmente apática, desinteressada sobre os rumos políticos de seu país porque sabe que a lógica neoliberal será a mesma¹². Podemos ilustrar essa apatia, novamente nos utilizando das

¹¹ **The current situation can be described as ‘post-democracy’ because in recent years, as a consequence of neoliberal hegemony, the agonistic tension between the liberal and the democratic principles, which is constitutive of liberal democracy, has been eliminated.** With the demise of the democratic values of equality and popular sovereignty, the agonistic spaces where different projects of society could confront each other have disappeared and citizens have been deprived of the possibility of exercising their democratic rights. To be sure, ‘democracy’ is still spoken of, but it has been reduced to its liberal component and it only signifies the presence of free elections and the defence of human rights. **What has become increasingly central is economic liberalism with its defence of the free market and many aspects of political liberalism have been relegated to second place, if not simply eliminated. This is what I mean by ‘post-democracy’.** (MOUFFEE, 2018, p.20)

¹² “When agonistic dynamics of democracy do not function well, people become apathetic as they believe that there is no alternative to the existing hegemony and turn to radical political movements to express their grievances, frustration, and anger against the current status quo. Mouffe rightly observes that the far-right in many countries has successfully harnessed these sentiments which gave rise to antagonisms that cannot be

eleições americanas de 2024. Embora disputadíssima, um dos termos mais buscados no google no dia das eleições foi “por qual motivo Biden renunciou”. Ou seja, um número expressivo de eleitores americanos nem sabiam os candidatos presidenciais¹³. No Brasil, nas eleições municipais de 2024, os números de eleitores que se abstiveram através dos votos brancos e nulos, também vêm aumentando¹⁴.

Nesse contexto pós-político e de crescimento da extrema-direita, vimos que as questões deixaram de ser políticas e passaram para o campo moral. A ideia de cidadãos racionais que juntos deliberariam sobre os melhores destinos da cidade é posta em xeque. Portanto, Mouffe afirma em todos os seus escritos que é imprescindível que uma teoria democrática também leve em consideração as paixões humanas.

Antes de passarmos a discorrer sobre a dinâmica afetiva, porém, abriremos um importante parêntese e veremos a seguir, três pontos importantíssimos para compreensão do modelo teórico proposto pela autora e que são, em grande parte, a razão de ser de nossa pesquisa, quais sejam: democracia radical, democracia agonística e populismo de esquerda. Após, descreveremos a importância dos afetos na construção de um imaginário verdadeiramente democrático e como estes se relacionam com o movimento abolicionista.

A autora se utiliza da noção de *democracia radical* desde a obra *Hegemonia e Estratégia Socialista (1985)*. Nesta, vimos a construção epistemológica do seu pensamento, que tentou responder questões que o marxismo clássico já não dava conta e chegou à seguinte conclusão: o comunismo acabou, o proletariado acabou, o materialismo histórico acabou, o determinismo não faz o menor sentido.

Tendo isso em vista, como a autora ainda se diz marxista? Ela se diz marxista devido à influência que sofreu do autor. Na verdade, ela se diz tão defensora de Marx que conseguiu salvar sua teoria, contextualizando e dialogando com os seus conceitos.

Nossa aproximação dos textos marxistas foi, pelo contrário, uma forma de resgatar sua pluralidade, as numerosas sequências discursivas em boa medida heterogêneas e contraditórias_ que constituem sua trama e sua riqueza e que são a garantia de sua duração como ponto de referência na análise política. **A superação de uma grande tradição intelectual nunca tem lugar numa forma súbita de colapso, mas sim, como as águas que advêm originariamente de um único canal, diversificam-se**

democratically dealt with. In order to temper these anti-democratic tendencies and redirect passions toward democratic projects what is needed is a meaningful hegemonic alternative to the neoliberal hegemony.” (GURZULU, 2022,p.39)

¹³ Conf. <https://www.theguardian.com/us-news/2024/dec/13/why-eligible-voters-did-not-vote> e <https://fortune.com/2024/11/05/did-joe-biden-drop-out-presidential-race-2024/>

¹⁴ Conf. <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/abstencoes-votos-nulos-e-brancos-superam-votacao-de-ricardo-nunes-reel-eito-em-sp/>

em uma variedade de direções e se misturam a correntes procedentes de canais distintos. Este é o modo como aqueles discursos **que constituem o campo do marxismo clássico podem contribuir para a formação do pensamento de uma nova esquerda: legando parte de seus conceitos, transformando ou abandonando outros e se diluindo numa intertextualidade infinita dos discursos emancipatórios em que a pluralidade do social se realiza.** (LACLAU, MOUFFE, 1987, p.14. *Tradução nossa*).

Na perspectiva proposta pela autora, nenhuma dessas categorias faz sentido. Como vimos, ao invés de um materialismo histórico determinista, temos uma lógica do antagonismo e da hegemonia. Ao invés do proletariado homogêneo, temos um povo heterogêneo e, por fim, ao invés da tomada do poder para instauração de uma sociedade socialista e, por conseguinte, adentrarmos numa sociedade comunista, pacificada e sem conflitos, temos a radicalização das instituições democráticas com o fim de diminuir, mas não pôr fim, a todas as formas de opressão. O conflito é inerente à política e à democracia. Logo, caso um projeto de democracia radical, tal como concebido por Mouffe, acontecesse “amanhã”, ainda assim teríamos conflito.

Ainda assim, cumpre-nos destacar que a democracia radical é o projeto político “final” de radicalização das instituições democráticas. Desde a primeira obra a autora escreve sobre e todos os elementos para sua concretização, como união de demandas de diversos movimentos sociais, que deveriam se equivaler para, posteriormente, radicalizarem a democracia. Nesse sentido:

Nossa tese é a de que só a partir do momento em que o discurso democrático se torna disponível para articular as diversas formas de resistência à subordinação, que existirão as condições que tornarão possíveis as lutas contra os diferentes tipos de desigualdade. LACLAU, MOUFFE, 1987, p. 254

O termo pouco satisfatório “novos movimentos sociais” amalgama uma série de lutas diversas: urbanas, ecológicas, antiautoritárias, anti-institucionais, feministas, antirracistas, de minorias étnicas, regionais ou sexuais.(...) isto é o que analisaremos através da problemática teórica apresentada anteriormente, que nos levará a conceber esses movimentos como uma extensão da revolução democrática a toda uma nova série de relações sociais.[...] (LACLAU, MOUFFE, 1987, p. 262-263)

Ao analisarmos o trecho acima, em que vemos o nascimento da lógica da diferença e da equivalência, temos que o povo laclauliano e o populismo de esquerda mouffiano não estavam totalmente acabados, mas os germes deles já estavam nessa obra.

Por outro lado, vemos que a democracia agonística é um modelo teórico. E não um projeto político. Na democracia agonística, poderemos ter ou não um projeto de democracia

radical, mas também poderíamos ter outros projetos políticos, como o liberal, dentre outros. Ou seja, caso reconhecamos o caráter agônico da democracia, segundo a autora, isso significa que demos um passo que nos possibilita à democracia radical, mas não que ela irá ocorrer necessariamente.

Em *Hegemony and Socialist Strategy*, criticando o reducionismo de classe dominante na tradição marxista, argumentamos por uma nova compreensão do projeto socialista em termos de uma radicalização da democracia. Defendemos a criação de uma cadeia de equivalências entre demandas democráticas, a fim de estender os princípios democráticos a um conjunto mais amplo de relações sociais. A democracia radical, como a concebemos, é claramente um projeto político, a ser distinguido de outros projetos políticos, como os social-democratas ou neoliberais. O modelo agonístico de democracia, no entanto, é algo diferente. Trata-se de uma abordagem analítica, formulada como uma alternativa aos modelos agregativos e deliberativos. Foi ao examinar a discussão entre teóricos liberal-democráticos e perceber as limitações da compreensão consensual da democracia que percebi que nem os modelos agregativos nem os deliberativos nos permitiam visualizar a possibilidade de uma política hegemônica. Para dar conta da inevitabilidade do antagonismo e da natureza hegemônica da política, uma abordagem diferente era necessária. Como conceber a democracia dentro da estrutura da nossa abordagem hegemônica? (...) (MOUFFE, 2013, p.154)

A autora afirma, então, que desde a publicação da obra *Hegemonia e Estratégia Socialista*, construiu um modelo teórico em que o antagonismo e a hegemonia eram as principais categorias. Tendo isso em vista, como poderíamos radicalizar a democracia? Para tanto, bastava uma análise teórica que enxergasse o “agon” democrático? Caso a democracia fosse vista, compreendida e elaborada-construída, a partir de uma perspectiva afetiva, conflitiva e adversarial, teríamos um projeto político radical?

Jamais. Para a autora, o projeto de radicalização democrático irá vencer a depender das articulações afetivas, discursivas e de poder.

Nesse sentido, uma das principais estratégias que o populismo de esquerda deve atentar para a consolidação da hegemonia é a disputa no campo dos afetos e discurso e construção de um imaginário democrático.

O poder dos afetos

A autora, em todas as suas obras, nos alertou para o fato de que os integrantes do espectro político de esquerda¹⁵ frequentemente desconsideram a dinâmica dos afetos, tentando

¹⁵ Sobre a necessidade de utilização do termo “esquerda”, em apertada síntese, podemos afirmar que embora a autora afirme que, sociologicamente, não haja a necessidade de estabelecermos uma fronteira entre o “nós” e o “eles” a partir da diferenciação entre direita e esquerda, pois com o neoliberalismo, esta dicotomia ficou um tanto embaçada, ainda assim, ela pretende se utilizar desse termo com o intuito de resgatar os valores de

reduzir a ascensão ao poder a questões econômicas ou à apresentação de um bom programa de governo¹⁶. Neste tópico, faremos breves apontamentos sobre sua perspectiva do *affective turn* (giro afetivo), tendo como ponto de partida a obra *For a Green Democratic Revolution: The Power of the Affects*¹⁷ (2022).

Nesse sentido, destacamos:

Em contraste com concepção racionalista, argumentei que o que está realmente em jogo na lealdade a essas instituições não é uma questão de justificativa racional, mas sim da existência de formas de identificação e de múltiplas práticas que possibilitam a criação de cidadãos democráticos. Uma abordagem que privilegia a racionalidade deixa de lado um elemento central, **que é o papel crucial desempenhado pelas paixões e pelos afetos na consolidação da adesão aos valores democráticos.**

Não é através de argumentos racionais, incorporados nas instituições democráticas liberais que se pode contribuir para a criação de cidadãos democráticos, mas sim pela multiplicação de discursos, instituições e formas de vida que promovam a **identificação com os valores democráticos**. A questão em jogo não é de racionalidade, mas de **afetos comuns**. (MOUFFE, 2022, p. 24).

Os excertos acima sintetizam de forma precisa a importância da dinâmica afetiva na teoria política da autora. A ideia central é que não basta buscar o envolvimento dos cidadãos nas instituições democráticas e nas decisões políticas das cidades. É necessário criar afetos, linguagens e símbolos que estimulem um *ethos* democrático. As pessoas não agem — e,

igualdade e justiça social historicamente defendidos pela esquerda. Nesse sentido: “*Para que se evite essa indeterminação política é importante falar de populismo “de esquerda”, em referência ao outro sentido de “esquerda”, que diz respeito à sua dimensão axiológica e assinala os valores que defende: igualdade e justiça social*”. (MOUFFE, 2018, p.78)

¹⁶ Nesse sentido, destacamos os seguintes excertos: Given the current emphasis on consensus, it is not surprising that people are less and less interested in politics and that the rate of abstention is growing. Mobilization requires politicization, but politicization cannot exist without the production of a conflictual representation of the world, **with opposed camps with which people can identify, thereby allowing for passions to be mobilized politically** within the spectrum of the democratic process. Take the case of voting for instance. What the rationalist approach is unable to grasp is that what moves people to vote is much more than simply the defence of their interests. There is an important affective dimension in voting and what is at stake there is a question of identification. **In order to act politically people need to be able to identify with a collective identity which provides an idea of themselves they can valorize. Political discourse has to offer not only policies but also identities which can help people make sense of what they are experiencing as well as giving them hope for the future.** (MOUFFE, 2005, p. 24) My claim is that it is impossible to understand democratic politics without acknowledging ‘passions’ as the driving force in the political field. The agonistic model of democracy aims to tackle all the issues that cannot be properly addressed by the other two models because of their rationalist, individualistic frameworks. (MOUFFE, 2013, p.21) The fundamental mistake of the ‘extreme left’ has always been to ignore this. They do not engage with how people are in reality, but with how they should be according to their theories. As a result, they see their role as making them realise the ‘truth’ about their situation. **Instead of designating the adversaries in ways that people can identify, they use abstract categories like ‘capitalism’, thereby failing to mobilize the affective dimension necessary to motivate people to act politically. They are in fact insensitive to people’s effective demands. Their anti-capitalist rhetoric does not find any echo in the groups whose interests they pretend to represent. This is why they always remain in marginal positions.** (MOUFFE, 2018, p.46)

¹⁷ Especialmente os capítulos dois e três dessa obra.

sobretudo, não tomam decisões políticas — movidas apenas pela razão, mas sim por afetos e paixões.

Logo, a pergunta fundamental que temos de resolver, tanto teoricamente quanto na prática, diz respeito à construção das identidades coletivas: primeiro, como elas ocorrem? Segundo, de que modo podemos construí-las de forma a enfatizar valores democráticos?

A resposta a tais questionamentos passa por uma crítica aos teóricos do consenso e por uma leitura atenta de Espinosa, Freud e Wittgenstein¹⁸.

A autora, mais uma vez, enfatiza a importância de se criticar os teóricos da democracia do consenso, como Rawls e Habermas¹⁹, os quais concebem os afetos como uma questão moral e acessória na construção de suas teorias. Esses autores fundamentam a democracia na ideia de que, por meio de uma deliberação racional dos indivíduos, o corpo coletivo alcançará o consenso e, com ele, a pacificação.

Ora, ela reiteradamente critica essa visão porque é impossível que os seres humanos sejam movidos apenas pela razão. Somos desejo, como Freud e Espinosa bem alertaram. Além disso, a natureza conflitiva e violenta do corpo social também não pode ser mascarada sob o véu do consenso.

Para Mouffe, contribuiremos para a formação de cidadãos democráticos quando fortalecermos discursos, instituições e formas de vida que possibilitem a identificação dos sujeitos com valores democráticos. Para a autora, a questão principal diz respeito à construção de afetos comuns (MOUFFE, 2022, P.23).

Ao abordar a questão do engajamento democrático sob essa perspectiva, podemos perceber que, ao enfatizarem os argumentos necessários para assegurar a legitimidade de suas instituições, os teóricos políticos vêm fazendo a pergunta errada. **A democracia não requer uma teoria da verdade, nem noções como incondicionalidade e validade universal; ela**

¹⁸ Wittgenstein clearly acknowledges the affective dimension of different modes of allegiance when he likens religious belief to ‘a passionate commitment to a system of reference’. Bringing together Spinoza, Freud and Wittgenstein, we can see inscription in discursive practices as providing the affects that for Spinoza bring about the affects that spur desire and lead to specific action. It is recognized in this way that affects and desire play a crucial ‘role in the constitution of collective forms of identification. (MOUFFE, 2018, p.64)

¹⁹ Rawls e Habermas são os dois “teóricos do consenso” mais criticados pela autora. Nesse sentido: “Both authors claim to have found the solution to the problem concerning the compatibility of liberty and equality which has accompanied liberal-democratic thought since its inception. Their solutions are no doubt different, but they share the belief that through adequate deliberative procedures it should be possible to overcome the conflict between individual rights and liberties and the claims for equality and popular participation. According to Habermas such a conflict ceases to exist once one realizes the ‘co-originality’ of fundamental human rights and of popular sovereignty. However, as I indicate, neither Rawls nor Habermas is able to bring about a satisfactory solution, since each of them ends up by privileging one dimension over the other: liberalism in the case of Rawls, democracy in the case of Habermas”. (MOUFFE, 2000, p8.)

se aproxima mais daquilo que Ludwig Wittgenstein compara a 'um compromisso apaixonado com um sistema de referência'. A lealdade à democracia é uma questão de identificação com os valores democráticos, e esse é um processo complexo no qual os afetos desempenham um papel crucial [...]"(MOUFFE, 2022, p. 24)

Assim, Mouffe prossegue afirmando o erro de Habermas e Rawls, que viram as questões da democracia pelo avesso. Ao invés de sujeito e verdade universais, seria mais interessante levarmos em conta as noções de jogos de linguagem que nos foi apresentada por Wittgenstein. Desse modo, iremos olhar os valores democráticos como um “jogo” de identificações.

Desde a obra “*The democratic paradox*” (2000) Mouffe nos alerta para essa insuficiência teórica. Os contratualistas, ao mascarar o caráter passional e violento do corpo social, ao invés de contribuir para o fortalecimento da democracia, fizeram o oposto.

Essa visão é prejudicial para a política democrática, pois a política democrática não pode ser fortalecida por meio da negação da violência inerente à sociabilidade — violência que nenhum contrato é capaz de eliminar, uma vez que constitui um componente da própria sociabilidade. Ao contrário, é apenas reconhecendo os impulsos contraditórios acionados pelas trocas sociais que se torna possível compreender as práticas e instituições necessárias para garantir a ordem democrática. (...)"(MOUFFE, 2022)

Um dos possíveis motivos para a predominância da razão e o rechaço dos afetos, segundo a autora, é que, durante o Iluminismo, grande parte dos teóricos partia da dicotomia entre razão e paixões. Por isso, filósofos como Pascal e Espinosa foram relegados a um segundo plano.

Entretanto, Mouffe afirma que é necessário diferenciar a epistemologia da política iluminista. Dessa forma, ela pode, com legitimidade, apropriar-se do caráter político do movimento — que nos legou os ideais democráticos de igualdade e soberania popular — sem, contudo, aderir à centralidade da razão em oposição às paixões.

Sua concepção de democracia agonística, a partir disso, pode acolher os ideais democráticos iluministas sem abrir mão do foco passional e, ainda, destacar uma questão fundamental, conforme mencionamos acima: como ocorrem as formas de identificação coletiva?

Em *Agonistics* (2013), em *For a left Populism* (2018) e em sua última obra *For a new democratic revolution. Left populismo and the power of affects* (2022), Chantal Mouffe nos

explica como as identidades coletivas são criadas. Apenas a título de ilustração, pois explicamos acima e trataremos do tema a seguir, cabe-nos destacar os trechos seguintes:

Agora precisamos considerar uma questão que considero crucial para a construção de um ‘povo’: o papel decisivo desempenhado pelos afetos na constituição das identidades políticas. **A falta de compreensão da dimensão afetiva nos processos de identificação é, a meu ver, uma das principais razões pelas quais a esquerda, presa a um arcabouço racionalista, não consegue apreender a dinâmica da política.** Esse racionalismo está, sem dúvida, na origem da recusa inflexível de tantos teóricos de esquerda em aceitar os ensinamentos da psicanálise. (MOUFFE, 2018, p. 62)

Levar em conta a dimensão afetiva da política é, portanto, crucial para a teoria democrática, e isso exige um engajamento sério com a psicanálise. A análise freudiana do processo de 'identificação' revela o investimento libidinal presente na criação das identidades coletivas e oferece pistas importantes sobre o surgimento dos antagonismos. (...) Segundo Freud, a evolução da civilização é caracterizada por uma luta entre dois tipos básicos de instintos libidinais: Eros, o instinto de vida, e o instinto de morte, de agressividade e destruição. Ele também ressaltou que 'os dois tipos de instinto raramente — talvez nunca — aparecem isoladamente, mas se combinam entre si em proporções variadas e muito diferentes, tornando-se assim irreconhecíveis ao nosso julgamento'. (MOUFFE, 2005, p. 25)

Antes de tudo, precisamos lembrar que a autora parte de um paradigma antiessencialista. Mas em qual sentido? No sentido de rechaçar quaisquer verdades universais e, partindo do pós-estruturalismo, afirmando que nada existe em si. Tudo é relacional.

Na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista (1985)*, como mencionamos brevemente na introdução deste artigo, o antagonismo é compreendido como limite e possibilidade de constituição do real. Ou seja, nenhum objeto existe em si, mas apenas em oposição e diferenciação em relação a outro — ele não possui existência autônoma.

Em primeiro lugar, porque “a” não é completo: ele só se constitui quando afetado, e a partir de sua diferenciação e, sobretudo, de sua oposição — ou seja, de seu antagonismo — em relação a “b”.

No plano epistemológico, temos, portanto, nosso primeiro marco teórico.

Insistamos mais uma vez: ser algo é sempre não ser algo distinto (ser A implica não ser B). Mas não é essa banalidade que estamos afirmando, já que ela se situa em um terreno lógico inteiramente dominado pelo princípio da contradição: não ser algo é simplesmente a consequência lógica de ser algo distinto — a positividade do ser domina a totalidade do discurso. **O que afirmamos é algo diferente: que certas formas discursivas, por meio da equivalência, anulam toda positividade do objeto e conferem uma existência real à negatividade enquanto tal.** Essa impossibilidade do real

— da negatividade — conseguiu uma forma de presença. É porque o social está penetrado pela negatividade — ou seja, pelo antagonismo — que não alcança o status da transparência, da presença plena, e que a objetividade de suas identidades é permanentemente subvertida. **A partir daí, a relação impossível entre objetividade e negatividade passou a ser constitutiva** do social. Mas a impossibilidade da relação persiste: é por isso que a coexistência de seus termos não pode ser concebida como uma relação objetiva de fronteiras, mas como subversão recíproca de seus conteúdos. (LACLAU, MOUFFE, 1987, p. 220-221)

Como vimos, é importante destacar que, para Laclau e Mouffe, não é a simples oposição ou diferenciação que constitui “A” e “B”. “A” e “B” estão intrinsecamente ligados pela lógica do antagonismo: “A” transforma-se, deixa de existir ou se constitui afetando “B”, ao mesmo tempo em que “B” afeta, constitui e transforma “A”. Eis, então, uma das principais características do antagonismo: nada existe em si²⁰.

Do mesmo modo, ao nos utilizarmos de um paradigma psicanalítico, também partiremos da ideia de que não existem um indivíduo isoladamente. Para que eu possa existir, preciso do outro. Minha existência só ganha sentido a partir da minha relação com os outros da minha comunidade e assim sucessivamente. Logo, toda identidade é coletiva.

Freud, na obra *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921), afirma a inexistência de psicologia individual. Toda psicologia é social. O meu eu, para se constituir, está se relacionando com o outro.

A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou das massas, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde boa parte de sua agudeza se a examinamos mais detidamente. É certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca a satisfação de seus impulsos instintuais, mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos. **Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado.** (FREUD, 2011, p.10)

A psicanálise conhece a identificação como a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva com uma outra pessoa. Ela desempenha um determinado papel na pré-história do complexo de Édipo. O garoto revela um interesse especial por seu pai, gostaria de crescer como ele, tomar o lugar dele em todas as situações. Digamos tranquilamente: ele toma o pai como o seu ideal. (FREUD. Op. Cit., p. 50)

²⁰ Para melhor apresentação da teoria de Mouffe e Laclau, resumimos bastante cada um dos campos (linguístico, afetivo e político) estudados pelos autores (que inclusive possuem pontos de divergência e pensamentos próprios), que serão estudados em minha tese de doutorado, em andamento.

Então, a questão da identidade não diz respeito à uma identidade essencial, mas a sua construção. Para a autora, ao analisarmos as construções de identidades coletivas, devemos partir das noções de identificação e investimento libidinal trazidas por Freud (MOUFFE, 2022, p.8).

Em suma, podemos resumir as identidades coletivas, construídas a todo tempo, do seguinte modo: “any identity, therefore, is constructed through a variety of identifications with socially available objects as images and signifiers”. Ou seja, para o surgimento destas há uma relação entre objetos, imagens e significantes. Não há separação entre pensamento e matéria. Ou entre paixões e razão.

Nesse ponto, cumpre-nos apontar a influência do filósofo Espinosa na obra da autora.

Na obra *For a New Democratic Revolution: the power of affects* 2022, Mouffe escreve sobre a importância de Espinosa e sua aproximação com a psicanálise. Como assim? Espinosa não distingue entre razão e emoção, matéria e ideia. Todos os seres fazem parte do mesmo todo, apesar de serem singulares. O exemplo famosíssimo das ondas do mar, faz com que visualizemos também essa dinâmica. Para o “filósofo maldito”, cada ser vivo visa o fortalecimento do seu conatus. Direito é potência, capacidade para perseverar no ser.²¹ Ou seja, ele liga algo que seria corporal ao político. Ou melhor, há uma ligação da ordem material e ontológica, à política. Da mesma forma, quando ele fala das afetações e paixões, temos a junção dessas diversas esferas/desses campos diversos. Afinal, quais afecções, quais paixões aumentam a capacidade de cada ser de perseverar no ser? De aumentar o seu conatus? A alegria. E, como todos querem mandar, e não serem mandados, a melhor forma de governo é a democrática.

Nesse sentido, podemos observar nos excertos abaixo, a importância dos desejos para a teoria política espinosana. Ao contrário do que pensavam os contratualistas, ninguém funda uma cidade baseando-se simplesmente na reta Razão. Somos movidos por desejos. Logo, temos de levá-los em conta na formação do corpo social-instituição da cidade:

Todo o ser na natureza tem da natureza tanto direito quanto capacidade para existir e agir: a capacidade pela qual existe e age qualquer ser da natureza é apenas o próprio poder de Deus, cuja liberdade é absoluta. (...) **Mas os**

²¹ Proposição VI: Cada coisa, o quanto está em suas forças, esforça-se para perseverar em seu ser. (ESPINOSA, Ética, 2015, p.251). “Proposição VII: um afeto não pode ser coibido nem suprimido a não ser por um afeto contrário e mais forte que o afeto a ser coibido”. (ESPINOSA, Ética, 2015, p.389).

homens são menos conduzidos pela razão do que pelo desejo cego, e, portanto, a capacidade natural dos homens, isto é, o seu direito natural, deve ser definido não pela razão, mas por toda vontade que os determina a agir e através da qual se esforçam por se conservar. (SPINOZA, 2005, p.30).

Sendo os homens, como dissemos, mais conduzidos pelas paixões que pela Razão, daí se **conclui que se verdadeiramente querem acordar entre si e ter, de certa maneira, uma alma comum, não é em virtude de uma percepção da Razão, mas antes duma paixão comum, tal como a esperança, o medo, ou o desejo de tirar vingança de um prejuízo sofrido.**(...). (ESPINOSA, 1991, p.460,461)

Mas voltemos ao destaque dado pela autora à ligação entre Espinosa e a psicanálise. Em Espinosa, afetos, linguagem e jogos de poder estão intrinsecamente ligados. Isso também ocorreu com Freud, em que toda identidade é coletiva. Nesse sentido:

Há outros pontos de convergência entre Spinoza e Freud. Ao distinguir entre afecção (*affectio*) e afeto (*affectus*), Spinoza afirma que, ao ser afetado por algo exterior, o *conatus* experimenta afetos que o levam a desejar algo e a agir em conformidade. Segundo Frédéric Lordon, cuja leitura de Spinoza considero particularmente estimulante, a noção de afecção — que resulta tanto de ideias quanto de determinações materiais — **nos permite transcender a antinomia entre matéria e ideias.** Ele destaca que, para Spinoza, a política é uma *ars affectandi* que visa produzir ideias com o poder de afetar: 'não se trata de ideias, mas da produção de ideias afetantes (*idées affectantes*)'. **Como vimos, essa ligação entre afeto e ideia está também no cerne do processo psicanalítico de identificação, concebido como uma prática significante que inclui tanto uma dimensão cognitiva quanto uma afetiva.**" (MOUFFE, 2022, p. 41)

A autora, através da análise do espinosano Frédéric Lordon²², afirma que para o filósofo do século XVII, o modo como o corpo era afetado também mudava não apenas o corpo, mas também a mente. A afetação dos corpos por sentimentos-desejos-paixões diversas também afeta as ideias.

Como vimos nos excertos acima, a política espinosana, ao partir de sua ontologia e embasar a fundação da cidade não na razão, mas no desejo, inova e vai de encontro aos contratualistas. Mais ainda, ao relacionar campos diversos, assim como Freud o fez a partir de sua noção de libido, a noção de *conatus* espinosana também faz essa interligação entre corpo, desejo e linguagem-símbolos.

²² Frederic Lordon é um famoso teórico político da esquerda radical francesa. Economista de formação, fez um mix entre a teoria espinosana e sua visão de Marx, resultando em um “estruturalismo das paixões”. Dentre suas obras mais conhecidas, podemos destacar: *Capitalisme, désir et servitude* (2010) e *Imperium: Structures and Affects of Political Bodies* (2022).

Nesse sentido, continuando a dialogar com Espinosa de Lordon, afirma que o corpo político pode ser compreendido como como a junção de afetos comuns construídos a partir de “ideias, valores e símbolos comuns (MOUFFE, 2022)”.

Essa dinâmica afetiva vislumbrada por Espinosa é importantíssima para a teoria mouffiana e serve pra melhor consolidação de explicitação de como a autora entende a construção das identidades coletivas. Assim como o holandês alertou os teóricos de sua época que o ser humano não é movido apenas por razão, mas principalmente por desejo, Chantal Mouffe também destaca essa dinâmica e afirma em todas as suas obras²³ que um dos principais motivos pelos quais um populismo de esquerda não ser fortalecido advém da não compreensão dessa dinâmica.

Graças aos insights da análise discursiva, de Spinoza e da psicanálise, podemos começar a compreender por que é tão importante que a esquerda abandone a abordagem racionalista que impede a apreensão do que está realmente em jogo na luta política e do papel crucial desempenhado pelos afetos e pela identificação. **O que move as pessoas a agir são os afetos e, embora as ideias sejam de fato importantes, seu poder depende de estarem conectadas aos afetos.** A busca por um ideal de racionalidade livre de afetos — objetivo de grande parte da teoria política democrática —, além de constituir um empreendimento teórico autodestrutivo, tem consequências desastrosas quando tomada como guia para a prática política. (MOUFFE, 2022, p. 15)

Em apertada síntese, para a autora, quando há junção de ideias e afetos, através da ligação libidinal, representado em um símbolo, temos a formação de uma identidade coletiva. Ignorar essa dinâmica na política é uma receita para o desastre²⁴. Como exemplo, a autora cita as eleições de 2019 no Reino Unido e a onda Trump. No Reino Unido, o Partido Trabalhista

²³ Na última obra da autora, devemos ressaltar que o surgimento de uma nova forma de autoritarismo, uma espécie de tecnocracia é um dos principais obstáculos ao surgimento e fortalecimento de um populismo de esquerda. Nesse sentido: Nevertheless, in contrast to what I wrote in *For a Left Populism*, in the current conjuncture I do not think that right-wing populists should always be seen as the principal opponent. To be sure, in certain countries they represent a danger for democracy, but it is a mistake to focus all our energies on fighting them at the cost of neglecting other adversaries. I am, for instance, particularly concerned by the fact that this feeling of vulnerability is being exploited by neoliberal governments to foster the development of a neoliberal version of techno-authoritarianism, presented as the best way to provide security and protection. With innovative digital technologies like the QR code they are trying to reinforce their power and restore their legitimacy. (MOUFFE, 2022, p.20).

²⁴ Ao escrever sobre as razões pelas quais os partidos de esquerda, no geral, vêm sofrido algumas derrotas nos últimos anos, Mouffe afirma que: Hence the claim in some left sectors that such a project has failed and that it is time to return to more traditional forms of left politics. Those setbacks are undeniable, but it is clearly inadequate to dismiss a political strategy on the sole ground that some of its adherents did not manage to reach their objectives in their first attempt. (MOUFFE, 2022, p.11) “It is certainly not easy for left forces to face the challenge represented by the rise of right-wing movements because they cannot resort to the demagogic techniques used by their opponents. But I contend that their refusal to acknowledge the central place of passions in politics, and their insistence on only relying on rational arguments, is at the core of their incapacity to design a successful response to the right-wing populist offensive”(MOUFFE, 2022, p.43)

possuía um excelente programa político, mas não obteve êxito porque não conseguiu mobilizar os sentimentos e desejos eleitorais. Ela faz a ressalva do *brexite*, que também teve um importante papel nesse quadro, mas destaca a inabilidade do Partido Trabalhista em mobilizar as paixões do seu eleitorado. De modo oposto, Donald Trump, apesar de não ter um projeto político coerente, consegue mobilizar os afetos muito bem, como aduzimos acima. Os eleitores de Trump são unidos (se identificam) por um sentimento comum de ódio (aos imigrantes, aos negros, à população LGBTQIA+, dentre outros), que vêm tais afetos representados na figura do seu líder (eles se identificam entre si, horizontalmente e verticalmente, há identificação com o grande líder da horda paterna). Eis o processo de identificação coletiva que possibilitou o sucesso do Project 2025, que muitos americanos acreditam contribuir para a aceleração do declínio do império americano. Ou seja, o partido republicano não apresentou proposta que possibilitasse a resolução de demandas urgentes da população. Para citar apenas um exemplo, quando perguntado como iria resolver a questão do acesso à saúde, Trump modificou suas respostas de acordo com a ocasião, como se não fizesse a menor ideia do que iria propor. Às vezes, respondia que tinha “conceitos” de um plano. Outras vezes, que iria aprimorar as reformas realizadas por Obama.

Outro exemplo em que podemos evidenciar a dinâmica afetiva explicitada por Mouffe, ainda nos atentando para a política americana nos últimos anos, diz respeito à popularidade crescente do senador Bernie Sanders.

A própria autora, ao falar sobre o senador (MOUFFE, 2022, p.39), verdadeiramente de esquerda (Os democratas seriam uma espécie de centro-esquerda, sempre fizeram parte da pós-política), se reporta aos ensinamentos de Espinosa sobre a importância dos afetos na instituição da cidade, como vimos há pouco.

A democracia era vista pelo holandês como a mais natural das formas de governo porque advinha fortalecia o *conatus* de cada indivíduo, a vontade de perseverar no ser. Da vontade que todos os indivíduos têm de governar, e não de serem governados.

Tendo isso em vista, qual o afeto que aumenta nossa capacidade e vontade de existir? A alegria. Contrariamente, não é de espantar que o medo seja tão estimulado em regimes autoritários²⁵. Fazendo uma contraposição à eficaz estratégia de Trump, a autora afirma a esperança que Bernie Sanders consegue mobilizar no eleitorado americano e nos lembra dos

²⁵ “This was the type fostered by Bernie Sanders. His discourse offered the working class hope that their situation could be improved through the struggle for social justice. It is interesting here to remember how Emile Durkheim, in his study of socialism, identified the mechanism leading from anger to hope as the origin of the socialist movement at the dawn of the industrial Revolution”.(MOUFFE, 2022, p.39)

ensinamentos de Durkheim, que via o ódio como um dos propulsores das primeiras revoltas da classe trabalhadora.

Para se conectar com os problemas que as pessoas enfrentam em seu cotidiano, é preciso partir de onde elas estão e de como se sentem, oferecendo-lhes uma visão de futuro **que lhes devolva a esperança**, em vez de permanecer apenas no registro da denúncia.

Uma estratégia populista de esquerda visa à cristalização de uma vontade coletiva sustentada por afetos comuns que aspiram a uma ordem mais democrática. **Isso exige a criação de um regime diferente de desejos e afetos por meio da inscrição em práticas discursivas/afetivas que produzirão novas formas de identificação. Essas práticas discursivas/afetivas são de diversas naturezas, mas os campos cultural e artístico constituem um terreno muito importante para a constituição de diferentes formas de subjetividade.** (MOUFFE, 2018, p. 64)

Por fim, gostaríamos de encerrar o presente artigo com a análise de um processo de identificação coletiva ocorrido no Brasil nos últimos anos, e que, nos últimos meses, se intensificou: a trajetória de Erika Hilton. Trata-se de um exemplo vivo de símbolo representativo de uma liderança moldada nos termos da teoria político-discursiva de Mouffe e Laclau.

A deputada Erika Hilton, em sua própria existência, incorpora diversas cadeias equivalências²⁶ delineadas por Mouffe: é mulher, negra, transgênero e oriunda das classes sociais mais baixas. Com isso, evidencia-se a verossimilhança das proposições dos autores ao afirmarem que todas as lutas são importantes e passíveis de articulação por meio de relações equivalentes. Convém lembrar que tais relações não implicam homogeneização ou supressão das diferenças, mas, ao contrário, sustentam-se justamente na pluralidade. As lutas se equivalem, mas não se totalizam. Afinal, nada existe em si. As particularidades de cada grupo demandante são, assim, preservadas.

No Brasil contemporâneo, uma das principais representantes da classe trabalhadora no parlamento democrático-institucional é, justamente, uma mulher trans, negra e oriunda das camadas sociais mais vulneráveis. Quem disse que é impossível a união das demandas?

²⁶ O que hoje acontece com Érika Hilton, de modo semelhante, aconteceu com o atual presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, capaz de, com o seu nome, visto como uma ideia e também símbolo, aglomerar diversos segmentos da população. Lula não morre, Lula não vai preso, Lula é uma ideia. Lula é o nordestino, é o metalúrgico, é o negro, é o branco, é o famélico, é o trabalhador, é a mulher, é a criança. Lula transcendeu e representa muito mais que a si mesmo. Da mesma forma, Érika Hilton, a depender das configurações hegemônicas, poderá se tornar muito mais do que si mesma e reunir a pluralidade de demandas não atendidas.

Caso queira, Erika Hilton reúne todas as condições para consolidar-se como uma liderança ainda mais significativa no cenário político nacional. No episódio conhecido como “batalha do Pix²⁷”, a deputada federal demonstrou que não apenas o projeto político em si é relevante, mas também que é possível mobilizar os afetos da coletividade — tanto de seus apoiadores quanto de seus críticos.

Justamente por ser quem é — uma mulher trans, que desperta repulsa em setores da direita e é vista como símbolo de força e resistência pela maior parte da esquerda — a deputada se vê impelida a atuar no campo dos afetos. E o faz com notável habilidade. É uma das raras figuras políticas contemporâneas a estabelecer conexões não apenas com seus eleitores, mas também com seus opositores.

Como se deu a ascensão de Erika Hilton? Quais são os sentimentos de identificação horizontal e vertical que a cercam? Como explicar, em detalhes, os processos de identificação coletiva que a conduziram à posição que ocupa? Seria a deputada o exemplo ideal de liderança conforme delineado pela teoria político-discursiva de Mouffe e Laclau? Em que reside sua diferença — e eventual semelhança — com outros grandes líderes? Qual é o papel da mobilização afetiva e do diálogo com setores para além da esquerda?

Pretendemos, em breve, aprofundar a análise da ascensão desse fenômeno político e propor respostas a essas questões. Por ora, cumpre destacar que, indubitavelmente, a deputada Érika Hilton constitui um símbolo representativo das disputas afetivas que atravessam as forças democráticas no Brasil.

Nesse sentido, destacamos o seguinte:

Para que a defesa dos interesses dos trabalhadores não se faça às custas dos direitos das mulheres, dos imigrantes ou dos consumidores, é necessário que se estabeleça uma equivalência entre essas diferentes lutas. **Apenas nesta condição é que as lutas contra o poder chegam a ser realmente democráticas, que a reivindicação por direitos não seja efetivada a partir de uma problemática individualista, mas em um contexto de respeito aos direitos à igualdade de outros grupos subordinados (LACLAU, MOUFFE, 1987).**

3. Conclusão

²⁷ Cf. vídeo em que Érika desmente as mentiras propagandeadas pela extrema-direita contra o governo Lula. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2025/1/18/video-impactante-de-erika-hilton-que-destroi-fake-news-do-pix-172648.html>

Neste artigo, analisamos como o conceito de democracia em Chantal Mouffe se fundamenta em uma perspectiva antiessencialista, na qual antagonismo e hegemonia emergem como categorias centrais para a compreensão do social. Mouffe critica visões que buscam uma totalidade ou um consenso racional, argumentando que o político reside na dimensão do antagonismo e na constante possibilidade da distinção amigo-inimigo. Em contraposição à ideia de um corpo social homogêneo, a autora propõe um modelo teórico capaz de explicitar o caráter agonístico da democracia.

Ao considerarmos o antagonismo como elemento constituinte da política, torna-se evidente que a melhor forma de lidar com os conflitos crescentes é transformar a lógica amigo-inimigo em uma relação entre adversários. Em vez de mascarar as disputas sob o véu de um falso consenso — sempre potencialmente violento — a perspectiva agonística oferece canais legítimos para a expressão das divergências sociais. A negação do antagonismo, segundo Mouffe, contribui para o fortalecimento da extrema-direita e da pós-política, marcada pela moralização dos conflitos e pela supressão do dissenso.

Nesse contexto, a autora defende a necessidade de uma teoria democrática que leve em conta as paixões como força motriz do campo político. Ela argumenta que a esquerda frequentemente desconsidera a dimensão afetiva da política, concentrando-se de forma excessiva em programas de governo ou em análises econômicas, e ignorando a importância de criar afetos, linguagens e símbolos que estimulem um ethos democrático.

Mouffe recorre a Espinosa e Freud para compreender a formação das identidades coletivas, destacando o papel da identificação, do investimento libidinal e da interconexão entre afetos, ideias e símbolos. Apresentamos, nesse sentido, a ascensão de Érika Hilton como um exemplo concreto de liderança moldada por essa concepção, incorporando diversas cadeias equivalenciais e atuando no campo dos afetos para estabelecer conexões tanto com apoiadores quanto com opositores.

Por fim, reconhecemos que ainda persistem questões em aberto sobre o fenômeno Hilton, as quais serão desenvolvidas em publicações futuras, especialmente em nossa tese de doutorado em andamento. Ainda assim, afirmamos ter cumprido o objetivo proposto neste artigo, ao dialogar com as principais ideias de Mouffe, que concebe a democracia não apenas como um espaço de deliberação racional entre indivíduos, mas como articulação de poder,

discursos e afetos. Em última instância, a democracia, tal como a autora a compreende, é uma forma de vida.

REFERÊNCIAS

CNN BRASIL. Abstenções, votos nulos e brancos superam votação de Ricardo Nunes, reeleito em SP. 25 nov. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/abstencoes-votos-nulos-e-brancos-superam-votacao-de-ricardo-nunes-reeleito-em-sp/>. Acesso em: 25 abr. 2025, às 23h.

ESPINOSA, Baruch de. **Ética: demonstrada segundo a ordem geométrica**. Tradução do Grupo de Estudos Espinosanos da FFLCH-USP; coordenação de Marilena Chaui. Edição bilíngue latim-português. São Paulo: Edusp, 2015.

ESPINOSA, Baruch. **Tratado Político**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1991.

FORTUNE. Did Joe Biden drop out of the presidential race? 5 nov. 2024. Disponível em: <https://fortune.com/2024/11/05/did-joe-biden-drop-out-presidential-race-2024/>. Acesso em: 25 abr. 2025, às 23h.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Obras Completas, volume 15. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Ebook.

GURZULU, Fuat. **Agonistic Democracy and Political Practice: Ways of being adversarial**. Cham: Palgrave Macmillan, 2022.

LACLAU, Ernesto. **Emancipations**. London; New York: Verso, 2007.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London: Verso, 1985.

_____. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987. Versão digitalizada pela letraE.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics: Thinking the world politically**. London: Verso, 2013. Epub Ebook. eISBN 978-1-78168-235-7.

_____. **By Way of a Postscript**. *Parallax*, Londres, v. 20, n. 2, p. 149–157, abr. 2014. DOI: 10.1080/13534645.2014.896562.

_____. **For a left populism**. London: Verso Books, 2018. Epub Ebook. ISBN-13: 978-1-78663-755-0.

_____. **On the political**. London: Routledge, 2005. Epub Ebook. ISBN 0-415-30520-9.

_____. **Por um populismo de esquerda**. Tradução de Daniel Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2018-2019. Epub Ebook.

_____. **The democratic paradox**. London; New York: Verso, 2000.

_____. **The Return of the Political**. London; New York: Verso, 1993.

_____. **Towards a green democratic Revolution: Left populism and the power of affects**. London; New York: Verso, 2022. Epub ebook. ISBN-13:978-183976-750

MOUFFE, Chantal; ERREJÓN, Íñigo. **Construir pueblo: hegemonía y radicalización de la democracia**. 1ª edição. Barcelona: Icaria editorial S/A, 2015.

REVISTA FÓRUM. Vídeo impactante de Erika Hilton que destrói fake news do Pix. 18 jan. 2025. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2025/1/18/video-impactante-de-erika-hilton-que-destroi-fake-news-do-pix-172648.html>. Acesso em: 25 abr. 2025, às 23h.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político: teoria do partisan*. Tradução de Geraldo de Carvalho. Apresentação de Jürgen Habermas. Belo Horizonte: Del Rey, 2008

SPINOZA, Benedictus de. **Tratado Político**. 2. ed. Tradução de Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone Editora, 2005.

THE GUARDIAN. Why eligible voters did not vote. 13 dez. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2024/dec/13/why-eligible-voters-did-not-vote>. Acesso em: 25 abr. 2025, às 23h.